

TEC - CÂMARA DE ARQUITETURA E ENGENHARIAS ( COMUNICAÇÃO COORDENADA )

NOME: MARIELE CORRÊA DOS REIS

TÍTULO: ANÁLISE DO CENÁRIO ATUAL DA GESTÃO DOS RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL (RCC) NOS MUNICÍPIOS DA MACROUNIDADE AMBIENTAL DO RIO SÃO JOÃO (MB-13)

AUTORES: MARIELE CORRÊA DOS REIS, MARIELE CORRÊA DOS REIS, MARIELZA CORRÊA DOS REIS, JOSÉ DA COSTA MARQUES NETO

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): CAPES

PALAVRA CHAVE: RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO, GESTÃO DE RCC, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL

## RESUMO

Nas últimas décadas, o aumento da população e sua migração para os centros urbanos intensificou a problemática dos resíduos de construção civil (RCC), associados à disposição irregular, que ocasiona degradação ao meio ambiente e a proliferação de vetores de doenças. Com a introdução da Resolução nº 307 do CONAMA vários municípios tem procurado implantar sistemas de gestão dos RCC, porém as dificuldades de operação, manutenção e recursos financeiros tem inviabilizado sua continuidade, sobretudo a municípios de pequeno porte. Assim, o objetivo desta pesquisa fora o de analisar a atual situação dos resíduos de construção aos municípios da macrounidade ambiental do Rio São João (MB 13) e se a implantação de consórcios intermunicipais é uma medida oportuna para o manejo desses resíduos.

A metodologia baseou-se em métodos diretos e indiretos. O indireto consiste em pesquisas bibliográficas, destacando-se a tese "Estudo da gestão municipal dos resíduos de construção e demolição na bacia hidrográfica do turvo grande (UGRHI-15)" de José da Costa Marques Neto, que trata a respeito da Resolução nº 307 do CONAMA, aplicada aos municípios brasileiros quanto à destinação dos resíduos, além tê-lo como auxílio para o diagnóstico dos municípios constituintes da MB-13: Bom Jesus da Penha, Cássia, Fortaleza de Minas, Itau de Minas, Jacuí, Nova Resende, Passos, Pratápolis, São Pedro da União e São Sebastião do Paraíso, para conceber parâmetros de planejamento e gestão. A metodologia direta caracterizou-se por entrevistas a gestores públicos, visitas em campo às áreas de descarte, sistema de aterros, coleta de resíduos, registro fotográfico destas operações e verificação da existência de modelos de gestão em relação aos RCC.

Conforme dados coletados foi possível verificar que os sistemas adotados pelos distritos são falhos, há falta de conscientização e controle da geração e disposição dos RCC por parte das prefeituras, além de falta de informações ou conhecimento a respeito do gerenciamento por meio de consórcios intermunicipais. Os métodos de caracterização dos RCC utilizados, como análise de imagens se demonstrou factível, atingindo os objetivos de propiciar a sistematização do problema sem muitas distorções. Nenhum dos municípios analisados possui infraestrutura adequada pelo que preconizada a Resolução nº 307/2002 do CONAMA, sofrendo com os impactos ambientais e à saúde pública, causados pelo aumento de descarte do RCC em áreas clandestinas. Também não possui implantado redes de captação para os pequenos volumes, em acordo com as diretrizes estabelecidas pela NBR 15.112:2004, porém pode-se ressaltar que os municípios de Passos, Jacuí e São Sebastião do Paraíso possui alguns depósitos provisórios de descarte de RCC que facilitam a ação da gestão corretiva, contudo a ausência de infraestrutura adequada dificulta a efetivação de tal atividade. Infere-se ainda que cerca de 80% do volume de materiais constituintes do entulho nos municípios possuem alto potencial de reciclagem dado a predominância de areia, solo, componentes cerâmicos, concreto e argamassa, devido à cultura construtiva local serem predominantemente artesanais.

Os resultados obtidos apontam que a constituição dos consórcios intermunicipais para a gestão dos RCC na macrounidade ambiental do Rio São João (MB-13) será formidável, dado que a maioria relatou a incapacidade de realizar tal gestão de forma economicamente viável e ambientalmente correta se atuarem de maneira ímpar, além das localizações desses serem propícias ao compartilhamento de instrumentos de gestão, consequentemente ocorrerá à geração de empregos e renda, sustentabilidade e melhoria na qualidade de vida da população atendida pelos mesmos, ressaltando que tal medida encontra-se em processo de aplicação.